

Nova Ventos de
Tanguá Energias
Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Nova Ventos de Tanguá Energias Renováveis S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Ventos de Tanguá Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Ventos de Tanguá Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que



ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes



transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 31 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000190/F-9

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Claudio Henrique Damasceno Reis'.

Claudio Henrique Damasceno Reis

Contador CRC SC-024494/O-1

Nova Ventos de Tiangua Energias Renovaveis S/A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017 (Reapresentado)	Passivo	Nota	2018	2017 (Reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	507	842	Fornecedores		207	741
Contas a receber	7	3.141	3.311	Empréstimos e financiamentos	11	14.983	7.158
Despesas pagas antecipadamente	9	1.330	1.532	Contas a pagar partes relacionadas	19	910	-
Adiantamento fornecedores		298	1.562	Compensação ambiental		707	707
Impostos a recuperar	8	1.034	645	Obrigações sociais e trabalhistas		199	-
Total do ativo circulante		6.310	7.892	Outras contas a pagar		183	73
				Obrigações tributárias		260	1.049
				Total do passivo circulante		17.449	9.728
Não circulante				Não circulante			
Fundos vinculados	6	16.008	10.515	Empréstimos e financiamentos	11	82.984	96.962
Despesas pagas antecipadamente	9	115	-	Outras contas a pagar		-	6.126
Outras contas a receber		-	6.091	Provisão de ressarcimento	12	1.535	-
Imobilizado	10	145.943	153.012	Total do passivo não circulante		84.519	103.088
Intangível		-	760	Patrimônio líquido	13		
Total do ativo não circulante		162.066	170.378	Capital social		69.658	65.965
				Prejuízos acumulados		(3.250)	(511)
				Total do patrimônio líquido		66.408	65.454
Total do ativo		168.376	178.270	Total do passivo e patrimônio líquido		168.376	178.270

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Ventos de Tiangua Energias Renovaveis S/A

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas	2018	2017 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	15	23.662	27.606
Custo de geração	16	<u>(11.735)</u>	<u>(9.699)</u>
Lucro Bruto		<u>11.927</u>	<u>17.907</u>
Despesas gerais e administrativas	17	(808)	(809)
Despesas tributárias		<u>-</u>	<u>(27)</u>
Resultado antes das despesas (receitas) financeiras líquidas		<u>11.119</u>	<u>17.071</u>
Receitas financeiras	18	597	535
Despesas financeiras	18	<u>(13.533)</u>	<u>(16.479)</u>
Resultado Financeiro		<u>(12.936)</u>	<u>(15.944)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(1.817)</u>	<u>1.127</u>
Imposto de renda	14	(609)	(689)
Contribuição social	14	<u>(313)</u>	<u>(362)</u>
Resultado do exercício		<u>(2.739)</u>	<u>76</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Ventos de Tiangua Energias Renovaveis S/A

Demonstrações dos resultados abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017 (Reapresentado)
Prejuízo do exercício	(2.739)	76
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>(2.739)</u></u>	<u><u>76</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Ventos de Tiangua Energias Renovaveis S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

		<u>Capital Social</u>			
		<u>Capital Social</u>	<u>Capital Social a Integralizar</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016		44.799	(3.208)	(587)	41.004
Aumento do capital social	13	21.166	3.208	-	24.374
Resultado do exercício		-	-	76	76
Saldos em 31 de dezembro de 2017 - (Reapresentado)		65.965	-	(511)	65.454
Subscrição de capital social	13	4.035	(4.035)	-	-
Integralização de capital social	13	-	3.693	-	3.693
Resultado do exercício		-	-	(2.739)	(2.739)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		70.000	(342)	(3.250)	66.408

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Ventos de Tiangua Energias Renováveis S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	(1.817)	1.127
Juros sobre financiamentos	9.504	11.247
Custos de captação apropriado ao resultado	155	118
Provisão de ressarcimento	1.535	40
Depreciação e amortização	6.591	7.860
Varição nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em impostos recuperáveis	(389)	(457)
(Aumento) redução em despesas antecipadas	202	(1.515)
Aumento (redução) em fornecedores	(534)	(6.605)
(Aumento) redução em outras contas a receber	5.976	(6.091)
(Aumento) redução em contas a receber	170	(286)
(Aumento) redução em adiantamento a fornecedores	1.264	(1.559)
(Aumento) redução em contas a pagar partes relacionadas	910	-
(Aumento) redução em obrigações sociais	199	-
Aumento (redução) em outras contas a pagar	(6.015)	6.119
Aumento (redução) em obrigações tributárias	(836)	(706)
Caixa líquido originado pelas atividades operacionais	16.915	9.292
Pagamento de IR e CS	(876)	-
Pagamento de encargos financeiros	(8.943)	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	7.096	9.292
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		
Aquisição imobilizado e intangível	(1)	(327)
Baixa de imobilizado	479	-
Baixa de intangível	760	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	1.238	(327)
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento		
Aplicação em fundos vinculados	(5.493)	(10.515)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	106.169
Custos de captação de empréstimo	-	(1.955)
Pagamento de principal de empréstimos	(6.869)	(9.442)
Pagamento de principal de debêntures	-	(120.007)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-
Integralização de capital	3.693	24.374
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento	(8.669)	(11.376)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(335)	(2.411)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	842	3.253
No fim do exercício	507	842
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(335)	(2.411)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia, com sede em Tianguá, Estado do Ceará, Rodovia BR 222, S/N, KM 342 - Zona Rural, foi constituída em 28 de Outubro de 2010 e de acordo com o despacho nº 2590, de 27 de setembro de 2016, iniciou operação comercial em 28 de setembro de 2016 quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema.

A Companhia tem como objeto social: (i) a exploração, em nome próprio ou através de participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica Ventos de Tianguá, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (II) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

A Ventos de Tianguá possui capacidade instalada de 25,35 MW¹ médios.

Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$ 3.250, prejuízo do exercício no montante de R\$ 2.739 e passivo circulante em excesso ao ativo circulante nas demonstrações financeiras no montante de R\$ 11.139. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Companhia ou, se necessário, por meio de aportes financeiros dos acionistas controladores.

2 Base de preparação

a. Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas que estão a valor justo.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não foram auditadas pelos auditores independentes.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1 de janeiro de 2018.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

(i) CPC 47 - Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 Receitas, o CPC 17 Contratos de Construção e interpretações relacionadas. A partir da adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a reconhecer as receitas de venda de energia considerando cinco passos: i) identificação do contrato com cliente; ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumpriu as obrigações de desempenho.

Essas alterações não resultaram em efeitos materiais no reconhecimento da receita de venda de energia, bem como, nas demonstrações financeiras.

(ii) CPC 48 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia adotou o CPC 48 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48 seriam reconhecidas nos lucros acumulados, quando aplicável.

Classificação e mensuração - Ativos e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com a norma é geralmente baseada no modelo de negócios no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixas contratuais. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia, apenas na classificação, conforme demonstrado abaixo:

RS	Classificação CPC 38/	Classificação CPC 48	Saldo em 01/01/2018
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e depósitos bancários à vista	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	7
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	VJR	835
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	3.311
Aplicações financeiras vinculadas	Empréstimos e recebíveis	VJR	10.515
Total de ativos financeiros			14.668
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Fornecedores	Outros passivos	Custo amortizado	741
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Custo amortizado	104.120
Total de passivos financeiros			104.861

Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Com base na avaliação da Companhia, este requerimento não gerou impacto materiais na contabilização de seus ativos financeiros e contratuais.

4 Retificação de erros

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base no “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu ajustes, de forma retrospectiva, em seu balanço patrimonial, demonstração do resultado e do resultado abrangente e do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A seguir o resumo dos impactos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

Balço patrimonial Em 31 de dezembro de 2017	Impactos das retificações de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Em milhares de reais			
Total de ativos	176.708	1.562	178.270
Adiantamento a fornecedores (i)	-	1.562	1.562
Outros ativos não impactados	176.708	-	176.708
Total de passivos	112.816	-	112.816
Outros passivos não impactados	112.816	-	112.816
Total do patrimônio líquido	63.892	1.562	65.454
Prejuízos Acumulados (i)	(2.073)	1.562	(511)

Demonstração do resultado e do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais	Impactos das retificações de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Custos de operação (i)	(11.261)	1.562	(9.699)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas	15.509	1.562	17.071
Resultado do exercício	(1.486)	1.562	76
Resultado abrangente do exercício	(1.486)	1.562	76

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais	Impactos das retificações de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Resultado antes dos tributos	(435)	1.562	1.127
Adiantamentos a fornecedores	3	(1.562)	(1.559)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	9.292	-	9.292

(i) **Adiantamento a fornecedores**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu no resultado custos com geração de energia em desacordo com o período de competência que incorreram. Desta forma, a Companhia ajustou o resultado de 2017 em contrapartida ao Ativo.

5 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

a. Instrumentos financeiros

(i) **Reconhecimento e mensuração inicial:**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado – VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Companhia desreconhe um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente

executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

b. Receitas de venda de energia elétrica

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Toda energia produzida pela Companhia é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR. Durante o ano de 2018 a Companhia aderiu ao sistema MCSD. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Unidade de geração eólica - Pás	15 anos
Unidade de geração eólica - Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica - Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica - Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Equipamentos móveis e portáteis de comunicação	16 anos
Comunicação	16 anos
Outros equipamentos	16 anos
Veículos	7 anos
Equipamento geral de informática	6 anos
Software	5 anos
Licença de uso	5 anos

d. Intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que possuem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

e. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia deve presumir que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seria aceita em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(ii) *Ativos não financeiros*

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Companhia não identificou nenhum indicador para ativos não financeiros com vida útil definida para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

f. *Imposto de renda e contribuição social correntes*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

Lucro presumido

Calculado com base na presunção de lucro sobre a receita bruta, nas alíquotas de 8% para IRPJ

e 12% para CSLL para geração de energia. Sobre a presunção de lucros, aplica-se as mesmas alíquotas do lucro real, sendo elas: 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (Base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

i. Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Espera-se que as seguintes normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A Companhia deverá adotar o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque: as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das terras onde os parques eólicos estão instalados. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas. A Companhia incluirá nas obrigações do arrendamento os pagamentos devidos nos termos do arrendamento.

Com base nas informações atualmente disponíveis, o Companhia estima que reconhecerá obrigações adicionais de arrendamento de R\$ 885 mil em 1º de janeiro de 2019. A Companhia espera que a adoção do CPC 06 (R2) não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na nota explicativa 12.

6 Caixas, equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Contas correntes	79	7
Aplicações financeiras (a)	428	835
Total	507	842

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, junto ao Banco Santander e Citibank com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com taxa de 99% CDI referente às aplicações do Santander, e taxa de 97 % CDI para as aplicações do Citibank.

b. Fundos vinculados

Os valores aplicados em fundos vinculados fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As aplicações em contas reservas obedecem a metodologia de cálculo dos saldos mínimos obrigatórios descritas nos contratos de financiamento, sendo que cada contrato possui regras específicas, as quais são exigidas pelo Banco Financiador para que sejam mantidas contas reservas para garantia do pagamento do Serviço da Dívida, e pagamento do custo de Operação e Manutenção, entre outras, em casos específicos de falta de liquidez do projeto descritos nos contratos de financiamento.

	31/12/2018	31/12/2017
Reserva especial	4.008	4.158
Centralizadora	4.376	2.000
Reserva O&M	880	251
Reserva de dívida BNDES	6.744	4.106
Total	16.008	10.515

7 Contas a receber

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão de energia (a)	-	3.311
Amazonas Distribuidora de Energia S/A.	785	-
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A	454	-
Companhia Energética de Alagoas	382	-
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba	120	-
Centrais Elétricas do Pará S/A	96	-
Companhia Energética de Sergipe	20	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	88	-
Companhia Jaguari de Energia	9	-
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.	6	-
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.	36	-
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.	31	-
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.	23	-
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A.	20	-
Camara de Comercio de Energia/CCEE	1.078	-
(-) Estimativa crédito liquidação duvidosa	(7)	-
Total	<u>3.141</u>	<u>3.311</u>

(a) As provisões referem-se a energia gerada no mês de dezembro de 2017, as quais foram faturadas em janeiro de 2018.

Todos os títulos em aberto na data de 31/12/2018 estão classificados como a vencer, com exceção do saldo a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que possui regras específicas de comercialização.

8 Tributos a recuperar

	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ	557	180
CSLL	105	111
PIS	61	58
COFINS	293	278
Outros impostos a compensar	18	18
Total	<u>1.034</u>	<u>645</u>

9 Despesas pagas antecipadamente

	31/12/2018	31/12/2017
Premios de seguros a apropriar	228	47
Comissão de estruturação e fianças bancárias (a)	1.217	1.485
Total	<u>1.445</u>	<u>1.532</u>
Circulante	1.330	1.532
Não circulante	115	-

- (a) As fianças bancárias são tomadas junto a instituições financeiras como garantias às obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas perante os debenturistas e BNDES.

10 Imobilizado

Composição do imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2018			31/12/2017
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Compensação ambiental	-	-	-	707
Equipamentos e processamento de dados	2	(1)	1	1
Linhas de transmissão em serviço	-	-	-	204
Benfeitorias	-	(572)	6.761	-
Máquinas e equipamentos	154.975	(15.794)	139.181	103.681
Obras civis em serviço	7.333	-	-	48.419
Total	162.310	(16.367)	145.943	153.012

Movimentação do imobilizado

	Saldo em 01/01/2018	Adições	Transfe- rências*	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2018
Compensação ambiental	707	-	(707)	-	-	-
Equipamentos e processamento de dados	1	1	(1)	-	-	1
Linhas de transmissão em serviço	204	-	(202)	-	(2)	-
Benfeitorias	-	-	7.271	(1)	(509)	6.761
Máquinas e equipamentos	103.681	-	42.058	(478)	(6.080)	139.181
Obras civis em serviço	48.419	-	(48.419)	-	-	-
Total	153.012	1	-	(479)	(6.591)	145.943

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2017
Compensação ambiental	707	-	-	-	707
Equipamentos e processamento de dados	1	-	-	-	1
Linhas de transmissão em serviço	215	-	-	(11)	204
Máquinas e equipamentos	108.805	195	-	(5.319)	103.681
Obras civis em serviço	50.817	132	-	(2.530)	48.419
Total	160.545	327	-	(7.860)	153.012

- (*) Durante o exercício de 2018 a Companhia concluiu a unitização, desta forma, efetuou transferências no ativo imobilizado para a adequação da apresentação.

11 Empréstimos e financiamentos

		31/12/2018	31/12/2017
	Taxa de juros		
Financiamentos (a)	2,88% a.a. + TJLP (b)	97.967	104.120
Circulante		14.983	7.158
Não Circulante		82.984	96.962
			Movimentação
Captação de empréstimos			106.169
Custo de captação			(1.955)
Juros Pagos			(5.459)
Amortização do Principal			(3.983)
Juros Incorporados a Dívida			9.230
Custo de captação incorrido			118
Saldo em 31 de dezembro de 2017			104.120
Juros Pagos			(8.943)
Amortização do Principal			(6.869)
Juros Incorporados a Dívida			9.504
Custo de captação incorrido			155
Saldo em 31 de dezembro de 2018			97.967

- (a) Em 10 de fevereiro de 2017, ocorreu a primeira captação referente ao contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº16.2.0752.1, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A, firmado em 19 de janeiro de 2017, no valor total R\$ 106.169.
- (b) Sobre o principal da dívida, incidirão juros à taxa de 2,88% ao ano mais Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante que vier a exceder será capitalizado, incorporando-se ao principal.

Covenants

A Companhia contratou financiamento e fianças bancárias com cláusulas restritivas de determinadas condições a serem observadas, tais como, sem limitação:

- (a) Inexistência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, por qualquer das beneficiárias, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- (b) Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social de qualquer das beneficiárias ou das empresas que a controlam de dispositivos que importe em restrições ou prejuízos à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- (c) Constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto;

- (d) A não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão, por mais de 30 (trinta) dias, das autorizações e das licenças, inclusive as ambientais e as concedidas pelo MME e pela ANEEL, exigidas para construir, operar e manter o projeto;
- (e) Modificação do controle efetivo, direto e indireto, de qualquer das beneficiárias, sem prévia e expressa anuência do BNDES; e
- (f) Alteração da finalidade e escopo do projeto sem prévia anuência, por escrito, do BNDES;
- (g) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, consolidado da controladora Ventos de São Jorge Holding apurado anualmente, igual ou superior a 1,3 vezes, exigidos a partir do exercício 2018.

O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. A Companhia vem cumprindo os covenants para o exercício de 2018.

12 Provisão para ressarcimento

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para ressarcimento	1.535	-

A geração de energia dos parques eólicos foi inferior ao volume previsto no contrato de venda de energia no ambiente regulado CCEAR, devido a ocorrência de ventos abaixo da média histórica prevista neste exercício. Devido ao fato supracitado, a Companhia constituiu uma provisão com base nas obrigações que a mesma possui junto ao CCEAR, a qual será liquidada nos exercícios subsequentes. Em 2018 o montante de ressarcimento registrado foi de R\$ 1.535, dcomo não circulante.

13 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital social subscrito é de R\$ 70.000 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 65.965 em 31 de dezembro de 2017) e está reapresentado por 70.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Conforme Assembleias Gerais Extraordinárias ocorridas durante o exercício de 2018 foi subscrito o montante de R\$ 4.035 de capital social e integralizado o montante de R\$ 3.693 de capital social. O valor total de capital social integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 69.658 (R\$ 65.965 em 31 de dezembro de 2017).

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável.

c. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art.

193 da Lei 6.404/76 até, o limite de 20% do capital social.

14 Imposto de renda e contribuição social

Foram apurados os impostos, o imposto de renda e a contribuição social correntes exercício de 2018, sendo R\$ 609 para o imposto de renda e R\$ 313 para a contribuição social. Em 2017 o valor apurado foi de R\$ 689 para o imposto de renda e R\$ 362 para a contribuição social.

	31/12/2018		31/12/2017	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Receitas de operações com energia elétrica	24.515	24.515	28.581	28.581
Aliquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	1.961	2.942	2.286	3.430
Demais receitas	570	540	470	590
Aliquota nominal	25%	9%	25%	9%
Corrente	(609)	(313)	(689)	(362)

15 Receita operacional líquida

	31/12/2018	31/12/2017
Receita Bruta de energia elétrica (a)	24.515	28.581
Deduções da receita	(853)	(975)
PIS	(152)	(174)
COFINS	(701)	(801)
Total	23.662	27.606

- (a) A receita bruta de energia elétrica representa a venda de geração própria e a revenda de energia adquirida para comercialização.

16 Custo de geração

	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Depreciação e amortização	(6.591)	(7.860)
Compra de energia	(1.455)	(302)
Encargos de transmissão e conexão	(1.288)	(1.353)
Despesa com manutenção	(1.471)	(184)
Serviços de terceiros	(62)	-
Arrendamentos e aluguéis	(59)	-
Seguros	(213)	-
Engenharia e gestão de processos O&M	(3)	-
Custo com pessoal	-	-
Taxa de fiscalização Aneel	(66)	-
Custos intercompany	(475)	-
Outros custos	-	-
Taxas diversas	(50)	-
Materiais	(2)	-
	<u>(11.735)</u>	<u>(9.699)</u>

17 Despesas operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Serviços prestados por pessoa jurídica	(39)	(1)
Despesas associativa	(12)	-
Taxas e emolumentos	-	(22)
Despesas legais, judiciais e publicações	(36)	(70)
Locação de máquinas e equipamentos	-	(2)
Compartilhamento de despesas	(702)	(98)
Energia Elétrica	-	(62)
Gastos diversos	(12)	(554)
(-) Estimativa crédito liquidação duvidosa	(7)	-
Total	<u>(808)</u>	<u>(809)</u>

18 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas de aplicações financeiras	597	498
Outras receitas	-	37
	597	535
IOF	-	(1.968)
Tarifas bancárias	-	(10)
Multas	-	(11)
Juros BNDES	(9.504)	(9.229)
Comissões e fianças bancárias	(3.854)	(2.232)
Despesas com captação de empréstimos	(155)	-
Despesas diversas	(20)	-
Juros (fornecedores)	-	(1.012)
Juros sobre debêntures	-	(2.017)
	(13.533)	(16.479)
Despesas financeiras	(13.533)	(16.479)
Total	(12.936)	(15.944)

19 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos, passivos e resultado em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	2018	2017
Passivo		
Nova Ventos de Tianguá Norte S.A.	-	60
Echoparticipações S.A. (a)	910	-
	910	-
Total	910	-
	2018	2017
Resultado		
Compartilhamento custos e despesas (a)	(1.177)	98
	(1.177)	98
Total	(1.177)	98

- (a) A Companhia possui despesas, custos e contas a pagar referente a compartilhamentos de despesas e custos entre as empresas controladas e a Echoenergia Participações S.A.

Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A.

20 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa	507	507	842	842
Fundos vinculados	16.008	16.008	10.515	10.515
Contas a receber	3.141	3.141	3.311	3.311
Fornecedores	207	207	741	741
Financiamentos	97.967	97.967	104.120	104.120
Total	117.830	117.830	119.529	119.529

b. Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais			
		Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
31 de dezembro de 2018					
Fornecedores	207	207	-	-	-
Financiamentos	97.967	14.983	14.983	44.949	23.052
Total	98.174	15.190	14.983	44.949	23.052
31 de dezembro de 2017					
Fornecedores	741	741	-	-	-
Financiamentos	104.120	7.158	14.316	28.632	54.014
Total	104.861	7.899	14.316	28.632	54.014

c. Instrumentos Financeiros por Categoria

	2018		2017	
	Custo amortizado	VJR	Custo amortizado	VJR
<i>Ativos financeiros:</i>				
Caixas e equivalentes de caixa	79	428	7	835
Contas a receber	3.141	-	3.311	-
Fundos vinculados		16.008		10.515
<i>Passivos financeiros:</i>				
Fornecedores	207		741	
Empréstimos e financiamentos	97.967		104.120	

d. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(iii) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(iv) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(v) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2018 e 2017 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os contratos de construção firmados pela Companhia relacionados ao CAPEX (*Capital expenditure*) estão atrelados em moeda nacional e portanto, não há exposição de variação cambial nessas operações.

(vi) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

e. Análise de sensibilidade

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40, preparou uma análise de sensibilidade dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras expostos a riscos da variação de taxas de juros e índices flutuantes.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2018 definido por meio destas expectativas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil):

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2018	Cenário provável 31/12/2019	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices TJLP *	6,5%	6,96%	0,5 p.p.	0,63 p.p.	0,75 p.p.
Risco de redução das taxas de juros e índices CDI **	6,5%	7,10%	0,6 p.p.	0,75 p.p.	0,9 p.p.

(*) Taxa de juros de longo prazo

(**) Certificado de depósito interbancário

A sensibilidade foi calculada com base no cenário provável dos próximos 12 meses a findar em 31 de dezembro de 2019, e, demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As variações que poderão impactar o resultado consolidado, e, conseqüentemente, o patrimônio líquido nos próximos 12 meses em comparação aos últimos 12 meses, caso tais cenários se materializem, são estas:

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2018	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Empréstimos e financiamentos	TJLP	97.967	6.819	8.523	10.229
Risco de redução (ativo)					
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	16.436	1.167	1.459	1.750

21 Contingências

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, conforme a assessoria jurídica da Companhia, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como prováveis de perdas, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Assim como, não tramitam processos classificados como possíveis de perda que devam ser divulgados nas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.